



A burocracia e o futuro da biodiversidade

Com exceção da estratégia global de conservação de plantas, a implementação da Convenção de Biodiversidade vem sendo adiada por falta de objetividade dos negociadores e por mecanismos burocráticos de obstrução.

Durante a última conferência dos 183 países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), COP6, realizada em Haia, na Holanda, em abril, ficaram claras as dificuldades de implementação, que podem ser atribuídas a deslizes da diplomacia e ao excesso de burocracia.

Derivada da Rio-92, a convenção possui três grandes objetivos: a conservação da biodiversidade, a promoção de seu uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização racional da biodiversidade.

Nesses 10 anos de existência, a CDB muito contribuiu para a agenda de conservação e uso racional da biodiversidade na pauta dos países. Por outro lado, pouco avançou em termos de implementação efetiva. Um sinal claro disso é que a própria Convenção decidiu estabelecer um plano de implementação, revelando a insatisfação dos países membros com seu estágio de implementação. Esse plano, discutido em Haia, por sua vez, deixou claro porque a CDB ainda possui uma implementação incipiente: o plano não possui nem indicadores, nem objetivos concretos. Essa tem sido a prática na Convenção e as decisões dessa sexta conferência não fugiram à regra, com exceção da adoção da estratégia global de conservação de plantas que, surpreendentemente, possui objetivos concretos, indicadores claros, cronograma explícito e potencial para se tornar um modelo na conciliação de prioridades internacionais e ações nacionais.

Outras decisões tomadas, como a adoção das diretrizes para o acesso aos recursos genéticos e a repartição dos benefícios derivados de seu uso e do programa de biodiversidade florestal, pecaram pela falta de instrumentos que as tornem realmente efetivas.

As diretrizes para o acesso aos recursos genéticos e a repartição dos benefícios, representam, sem dúvida, um avanço no sentido de reforçar as garantias aos países de origem dos recursos genéticos e do uso do conhecimento tradicional associado a esses recursos. A adoção dessas diretrizes é, também, um passo importante para assegurar o equilíbrio entre os três objetivos da Convenção. Porém, as diretrizes são voluntárias - ou seja, cada país pode ou não adotá-las - e, portanto, perdem muito de sua força e importância.

No entanto, é o processo de negociação do programa de biodiversidade florestal que melhor ilustra a dificuldade da implementação da CDB. Todas as decisões no âmbito da Convenção devem ser consensuais, o que dá a cada país um enorme poder de bloquear os debates. O Brasil teve uma posição de destaque nessa discussão, liderando os países que não queriam que o programa tivesse prioridades internacionais e se contrapondo à União Européia, que acreditava na importância das prioridades internacionais para garantir o futuro do programa e, quiçá, das florestas. A polarização dos debates em torno dessa questão fez com que a discussão se arrastasse por dias a fio e, por fim, por insistência brasileira, o programa acabou sem prioridades internacionais. O Brasil também insistiu em outras posições, aparentemente sem nenhuma justificativa, a não ser retardar as discussões e talvez até mesmo colocar em risco a adoção do programa.

A delegação brasileira, composta de diplomatas e assessores de outros ministérios e órgãos públicos, teve um comportamento diante das negociações do programa de biodiversidade florestal que conduz a

Documentação

Fonte: Estadão.com.br

Data: 10/5/2002 Pg. _____

Class.: 09

determinadas perguntas: o Brasil queria evitar a adoção do programa de biodiversidade florestal? O país tem interesse em impedir o estabelecimento de um programa forte e consistente de biodiversidade florestal no âmbito da CDB e, se esse for o caso, por que?

Muito do discurso brasileiro é pontuado pela questão da soberania sobre nossos recursos biológicos. Se essa questão fosse efetivamente a fonte do temor diante de um programa forte de biodiversidade florestal, valeria indagar: soberania para quê? Soberania para desenvolver um novo modelo de ocupação da terra nos ambientes de floresta, como na Amazônia, respeitando o direito e os modos de vida dos povos indígenas e comunidades locais e usando de forma mais racional os recursos naturais, ou soberania para promover um modelo predatório de ocupação que inclui a presença constante de corporações cujos interesses não passam sequer perto do desenvolvimento sustentável, sem nenhuma cobrança internacional?

A conferência dos países membros da CDB terminou, assim, melancolicamente e deixando um gosto amargo na boca dos brasileiros interessados na conservação e uso racional das florestas. Esses, inclusive, parecem ser a maioria da sociedade brasileira, conforme assinalado numa recente pesquisa de opinião. O país foi premiado com a "motosserra de ouro" - prêmio outorgado pelas ONGs aos países que mais "atrapalham" as negociações e impedem os avanços da CDB na conservação e uso sustentável das florestas - e o comportamento dos representantes brasileiros na Convenção suscitou um conjunto de perguntas que não querem calar sobre os reais interesses do país e sobre o descompasso entre os diversos setores governamentais.

Fica cada vez mais clara a necessidade de democratizar a política externa brasileira, criando formas institucionalizadas de participação da sociedade civil na discussão das posições que são levadas aos fóruns internacionais de negociação e estabelecendo mecanismos de prestação de contas para a sociedade sobre as negociações nesses fóruns.

Nurit Bensusan (nurit@socioambiental.org) é ecóloga coordenadora do tema biodiversidade no Instituto Socioambiental (<http://www.socioambiental.org>)

Nurit Bensusan